



SRTE aplica autos de infração na REVAP por explosão na TE325

O auditor fiscal do trabalho Dr. Albino aplicou duas infrações na REVAP no último dia 17 de março devido a explosão na TE325 no dia 11/09/2014, que causou a morte do companheiro Jose Luis Beloni. Os autos foram aplicados na presença de gerentes de RH, SMS, TE, advogados da empresa e do Sindicato.

O fiscal expôs que toda a equipe de SMS da Potencial estava com exacerbado número de horas extras, o que compromete a visão do técnico em segurança por causa da fadiga da jornada. O quadro de horas extras da equipe e o número de horas trabalhadas pelos trabalhadores também estava além do permitido legalmente. Segundo o auditor, a lei é CLARA, e DEVE ser cumprida. Havia muitos trabalhadores com mais de 12h diárias de jornada, sendo que o legalmente permitido eram 10h (8h + 2h extras). Dr. Albino chamou a atenção de que isso será mais bem observado em outras frentes e que compromete a segurança porque o grau de atenção diminui com passar do tempo.

O auditor também ressaltou que o LIBRA deveria ser checado pelos terceiros para sua garantia e segurança, já que são eles os executantes da tarefa.

Fica aqui mais uma observação que pode ser incorporada para a segurança dos trabalhadores. Ele salientou que os procedimentos da companhia são os melhores em comparação com

outros locais de trabalho, porém, deixa muito a desejar quando o quesito é CUMPRIMENTO!

Neste ponto, o Sindicato afirmou que cumprimento de procedimento não tem relação com função do empregado, mas sim com a falta de material humano, pressões por agilidade na execução, que são invisíveis ao observador, porém, no dia a dia, estão presentes e podem ser facilmente comprovadas no grande número de horas extras de todos os empregados. Inclusive, o próprio SMS da casa tem trabalhado rotineiramente 16h por dia.

O auditor colocou que já conhece a precariedade da mão de obra e o excesso de horas extras desde ocorrência de 2011 na área da U220, quando alertou o gerente de segurança sobre isso. De lá para cá, muita coisa piorou. Se segurança é mesmo um valor, por que ainda estamos discutindo o óbito se poderíamos estar discutindo o óbvio, ou seja, mais segurança?

De tudo que fora pautado, a Revap recebeu os autos de infração pelos seguintes motivos:

1- Descumprimento da NR4 – devido aos riscos do serviço a ser executado e os envolvidos, deveria ser premissa da empresa ter um técnico de segurança full time e não ficar no aguardo de um a ser chamado, já que o serviço era do conhecimento da gerência. Mais uma vez, veio a tona a falta de mão de obra, o que contribuiu para a ocorrência. O gerente de SMS tentou pestanejar com argumentos

eloquentes, mas que foram prontamente rebatidos pelo auditor, que novamente o alertou para os óbitos e os acidentes frequentes na refinaria. “É preciso mais atenção com a SMS”, observou.

2 - Falta de supervisão da área TE – O auditor ressaltou não haver evidências claras de supervisão ao trabalho de alguém que estivesse com olhar de fora para dentro e pudesse frear a ocorrência. Salientou que por mais experiência que qualquer indivíduo tenha, é preciso prestar contas a alguém superior.

O gerente responsável pelo setor da TE teve a atenção chamada, pois, na visão do auditor, trabalhos críticos demandam supervisão de fora, mesmo que os executantes tenham muita experiência, mas estão sempre sobrecarregados. E que, novamente, se o trabalho era com planejamento, a figura do supervisor no campo e tampouco a do RI (responsável pelo Isolamento) estiveram presentes.

Ao final, o auditor argumentou que não pode criminalizar o técnico de segurança tanto da contratada quanto da REVAP porque não existem evidências documentais de que ambos estiveram no local.

Os autos de infração e o relatório do auditor da SRTE (Secretaria Regional do Trabalho e emprego) foram encaminhados ao MPT (Ministério Público do Trabalho), que também acompanha o caso.

Compadrio e retribuição na Petrobras?

Não existirá inimigo maior da Petrobras do que a sua própria diretoria e presidência se confirmada a índole do desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo Armando Sérgio Prado de Toledo, de 59 anos, contratado como consultor do presidente da Petrobras, Aldemir Bendine.

O desembargador em questão é investigado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) por suspeita de favorecer o deputado estadual Barros Munhoz (PSDB/SP), suspeito de desvios de recursos quando era prefeito de Itapira (SP). A contratação teria sido uma forma de retribuir a atuação do desembargador na intermediação de contratos do Banco do Brasil com o Tribunal de Justiça paulista. Ou seja, mais promiscuidade

com a coisa pública.

É por essas e outras que nós já denunciávamos em várias edições do Tocha que nós temos que defender a Petrobras da especulação do mercado, da ação das petroleiras estrangeiras, da imprensa burguesa e golpista, mas também do governo federal e aliados. São muitos interesses escusos na administração da companhia.

Com esse tipo de ação no momento de maior fragilidade pública da Petrobras, o governo federal não precisa da direita corrupta de sangue azul do PSDB/DEM e PMDB como oposição. Depois não adianta acusar a crise moral-política e econômica do país como resultado de um suposto terceiro turno das eleições pelos derrotados nas urnas em 2014.

Outra fonte de desvio?

Desde 1998, os terríveis anos da privatária tucana de FHC, a Petrobras tem uma autorização especial que a libera de cumprir a lei de licitações 8.666, de 1993. Essa autorização, com certeza, facilita desvios de patrimônio da empresa. Em briga com o governo federal, a Câmara dos Deputados quer aprovar uma lei para derrubar essa autorização. É claro que o governo vai correr para que isso não ocorra, pois muitos querem continuar com essas facilidades. Além de querer manter a necessidade de simplificar e agilizar as compras na companhia, haveria algo a esconder por trás deste processo de licitação simplificado herdado e aproveitado de FHC?

Devolução do Imposto Sindical está suspensa

Companheiros (as), da mesma forma que no ano passado, o Sindipetro/SJC suspendeu a devolução do Imposto Sindical este ano porque existe questionamento jurídico sobre a devolução. O ex-diretor Rennó, que fez parte da nossa entidade no mandato 2003-2007, intitulava-se diretor jurídico e ao mesmo tempo queria ser advogado da entidade, apresentou denúncia de que a devolução seria dilapidação do patrimônio, portanto, responsabilidade do presidente da entidade, José Ademir.

A denúncia foi apresentada em ação na justiça do trabalho juntamente com pedido de “impeachment” da diretoria, inclusive, de mandato já encerrado. Estranho é que, apesar da denúncia, o referido então diretor da entidade sempre recebeu a sua devolução, embolsando-a com voracidade.

O pedido de “impeachment” foi julgado

improcedente, mas a denúncia de dilapidação foi encaminhada à justiça criminal para avaliação e julgamento. A justiça criminal encaminhou o caso à delegacia para inquérito e apuração em que o presidente da entidade foi chamado, pois tal devolução aos trabalhadores, segundo denúncia, caracterizaria dilapidação do patrimônio da entidade.

Há decisões contrárias que permitem a devolução. No depoimento, o presidente esclareceu que a devolução do Imposto Sindical fora decisão unânime de assembleia dos trabalhadores, em 2004, ano de posse da diretoria que dirigiu a entidade no mandato 2004/2007.

Diante do questionamento, a devolução fica suspensa até decisão da justiça. Esperamos que a votação dos trabalhadores em assembleia seja ratificada e que possamos dar prosseguimento a devolução mais adiante.

Mais gastos na Petrobras com a direção que só prejudica a companhia

A Petrobras passa pela pior crise política de sua história, provocada com a participação direta de diretores, mas qual é a preocupação da alta diretoria da empresa? A própria remuneração. A empresa não negocia a PLR dos trabalhadores, não discute vários problemas apresentados pelos representantes dos trabalhadores em mesa de negociação, mas aumenta a quantidade de diretores de 7 para 8. Conseqüentemente, ao manter o mesmo índice de reajuste e ampliar algumas benesses, como: moradia e

viagem, aumenta a verba destinada à diretoria em 13%.

A alta cúpula da Petrobras quer que os acionistas aprovelem na Assembleia Geral dos Acionistas, dia 29 de abril, aumento da verba destinada à diretoria em 13% acima do valor de 2014, além de reajuste na proporção de salário fixo para diminuir a remuneração variável. Os alto diretores da companhia querem aumentar os R\$ 1,3 milhão recebidos, individualmente, em 2014 para R\$ 1,6 milhão mais R\$ 92 mil para cada um a título de participação nos resultados. Isso sem contar o bônus,

individual, por desempenho.

Isso chega a ser uma afronta à categoria petroleira porque combate à remuneração variável é uma das nossas reivindicações históricas, que sempre foram ignoradas. Visto a repercussão obviamente negativa desta notícia, esta mesma direção da companhia Petrobras ainda teve a cara de pau de dizer que defende a redução das "remunerações variáveis 'preventivamente', diante das incertezas do resultado de 2014". E a PLR dos trabalhadores?

É muita cara de pau!

Ataque ao SUS

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, representa um Congresso Nacional dos mais corruptos da história do país, o lobby dos convênios médicos e da patronal. Eduardo teve várias campanhas eleitorais bancadas pelos convênios médicos. Quem paga, manda. Por isso, como presidente da Câmara, Eduardo engavetou a CPI que investigaria o setor e quer tramitar lei para que as empresas paguem planos de saúde privado para seus

empregados. Isso desoneraria o empresário de contribuir com os cofres públicos e desobrigaria o governo de investir em saúde pública de forma universal. Ao invés de lutar por mais verbas para o SUS e buscar qualificar a saúde pública garantindo atendimento gratuito e digno para a população, Cunha planeja um golpe no Sistema Único de Saúde (SUS) para privatizar a saúde pública.

Enquanto esfolam a classe trabalhadora com o pacote de ajustes do governo e

ataques aos nossos direitos, os deputados que não têm vergonha planejam construir no Congresso um prédio anexo de R\$ 1 bilhão com shopping e tudo. Se houver interesse de empresas, a safadeza será construída em parceria público-privada (o dinheiro do povo paga e os empresários lucram em cima). Se não houver interesse de empresas, a Câmara pretende realizar a obra com dinheiro próprio, entenda-se, dinheiro público jogado no lixo das regalias dos políticos.

Tráfico de influência com o judiciário

As ações suspeitas da direção da Petrobras não têm limites. O departamento jurídico da empresa convidou juízes e desembargadores trabalhistas para uma série de atividades nas instalações da Petrobras no Rio Grande do Norte. O tour incluiria visita ao Museu do Petróleo e até jantar de confraternização com apresentação cultural. E tudo com direito a hospedagem num resort em Mossoró (RN), traslados e almoços.

O convite pegou mal na magistratura principalmente porque a Petrobras está envolvida em várias disputas trabalhistas como co-responsável. As obras tocadas pela Petrobras no COMPERJ, por exemplo, estão em

recuperação judicial e centenas de trabalhadores tentam receber salários e direitos trabalhistas não honrados por terceirizadas.

Esse tipo de mimosidades entre empresas e judiciário não é novidade. Tanto é que a própria Petrobras disse em nota que “promove um programa de visitas corporativas desde 1999”. Não é novidade, mas é óbvio que é uma forma de assédio sobre o judiciário na tentativa de vantagens em processos trabalhistas ou cíveis. Não fosse o momento pelo qual passa a Petrobras e a repercussão dos escândalos, certamente, vários juízes e desembargadores teriam aceitado de pronto os mimos.

Esperar o que de um sistema em que, por exemplo, o juiz

federal Flávio Roberto de Souza, encarregado de investigar/julgar a fraude Eike Batista, foi pego desfilando com o carro do meliante, além de ter tentado se apropriar também de outro carro encontrado em sua casa e um piano de altíssimo custo e ter se apoderado de dinheiro em outro processo.

Tráfico de influência entre grandes corporações e judiciário sempre existiu e dificilmente deixará de existir. Contudo, o momento pelo qual passa a Petrobras exige responsabilidade da direção da companhia. Se não for possível, que se troque toda a diretoria por uma sensata, responsável de moral ilibada, indicada pelos trabalhadores, que já é o que deveria ter ocorrido.

Deputados acusados de corrupção também legislam para criminalizar a juventude

ACCJ (Comissão de Constituição de Justiça) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 31 de março, uma proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. A proposta será votada duas vezes no plenário da Câmara por todos os deputados e depois será encaminhada para votação no Senado.

A redução da maioria penal é um conto de fadas vendido por políticos estúpidos - na maior parte, corruptos - para enganar a população de que julgar adolescentes de 16 a 18 anos segundo o Código Penal e não o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) reduziria a violência.

Esse é um posicionamento

tão superficial e tolo que não se registrou redução da violência nos 54 países que reduziram a maioria penal. Hoje, esta é a idade penal estabelecida como mínima por 70% dos países.

Apenas 0,9% dos crimes são cometidos por adolescentes de 16 a 18 anos. Por isso, a redução da maioria penal serve para acobertar o fracasso dos governos no combate à criminalidade, na aplicação plena do ECA, na integração social da juventude discriminada das periferias e – claro – para desviar o foco de assuntos realmente graves que deveriam ser discutidos, como: a punição de **MAIORES BANDIDOS**.

Isso porque 60% dos

deputados da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) que aprovaram essa lorota como medida de redução da criminalidade respondem a processos por crimes eleitorais e corrupção.

Atenção: já existe punição para o menor infrator! O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o menor infrator receba medidas socioeducativas, conforme a gravidade dos casos.

Os jovens brasileiros devem ser incluídos, instruídos. O Estado tem que levar educação, cultura e lazer às periferias. A estrutura social deve ser modificada. Não podemos fornecer soldados para o crime! Temos que formar cidadãos!